

Companhia
Hidrelétrica Teles
Pires

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019

Sumário

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS:	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	21
6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	21
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS.....	22
8. IMOBILIZADO.....	23
9. INTANGÍVEL	24
10. FORNECEDORES	25
11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	25
12. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)	26
13. ENCARGOS SETORIAIS.....	27
14. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER.....	27
15. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	28
16. OBRIGAÇÕES DE MEIO AMBIENTE.....	29
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
18. RECEITA LÍQUIDA.....	31
19. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	31
20. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	32
21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	32
22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
23. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	34
24. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO.....	36
25. SEGUROS.....	37
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	39

Companhia Hidrelétrica Teles Pires

Relatório de Administração – 2019

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "CHTP") com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, constituída em 04 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires, nos Municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Em 07 de junho de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica nº02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica.

O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("UHE Teles Pires") passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

- 15% serão destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 565.025 em 31 de dezembro de 2019 (551.248 em 31 de dezembro de 2018). O prejuízo do exercício de 2019 é de R\$ 13.778 (173.462 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 117.946. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado

e intangível (Notas Explicativas 8 e 9), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 6).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2020.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	CHTP		
	2019	2018	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	990.990	913.090	8,5%
Receita Operacional Líquida	831.628	772.602	7,6%
EBITDA	340.575	238.956	42,5%
Resultado do Serviço - EBIT	168.020	68.977	143,6%
Resultado Financeiro	(233.018)	(256.574)	-9,2%
Lucro Líquido	(13.778)	(173.462)	-92,1%

Informações Patrimoniais (R\$ mil)	CHTP		
	2019	2018	Variação (%)
Ativo Total	4.986.323	5.070.700	-1,7%
Dívida Bruta	2.434.217	2.576.523	-5,5%
Dívida Líquida	2.351.091	2.513.017	-6,4%
Patrimônio Líquido	1.921.876	1.913.542	0,4%

Atendendo a Instrução CVM No 527 demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	CHTP			
	2019	2018	Variação (R\$)	Variação (%)
(Prejuízo) Lucro Líquido	(13.778)	(173.462)	159.684	-92,1%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	(51.220)	(14.135)	(37.085)	262,4%
Amortização e Depreciação	172.555	169.979	2.576	1,5%
Receitas Financeiras	(5.932)	(9.235)	3.303	-35,8%
Despesas Financeiras	238.950	265.809	(26.859)	-10,1%
LAJIDA (EBITDA)	340.575	238.956	101.619	42,5%

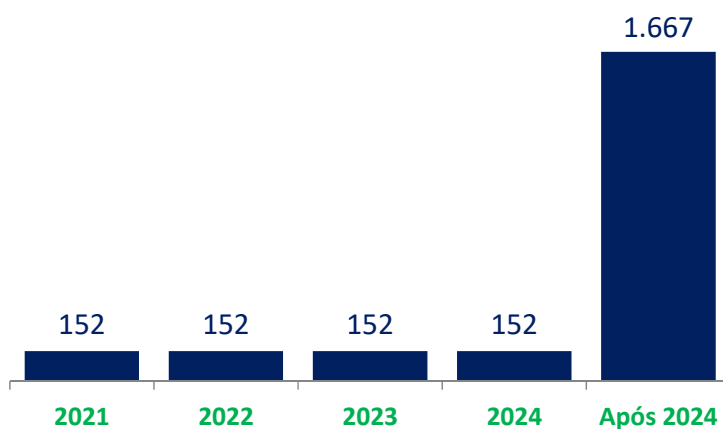
3. ENDIVIDAMENTO

3.1 PERFIL DA DÍVIDA

A Companhia assinou com o BNDES, em 27 de setembro de 2012, os instrumentos denominados documentos de financiamento, sendo eles: (i) Contrato de penhor e outras avenças; (ii) Contrato de cessão fiduciária de direito, administração de contas e outras avenças; e (iii) Contratos de financiamento Direto, firmado com o BNDES no valor de R\$1.212.000, e de Repasse de recursos firmado com o Banco do Brasil no valor de R\$1.200.000, decorrentes da Dec. Nº Dir. 766/2012-BNDES, de 24 de julho de 2012, no valor total de R\$2.412.000.

Os contratos foram assinados para pagamento em 240 meses, com carência para início de pagamento em julho de 2015 e vencimento final do principal e juros em 2036.

Serão cobrados juros de 1,89% a.a. acima da TJLP para os valores liberados referentes ao contrato de repasse, e 2,02% a.a. acima da TJLP para os valores referentes ao contrato direto.



4. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) para realização de auditoria para o exercício de 2019 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria:

Serviço	Valor (R\$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R\$ 631,90	20 meses

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

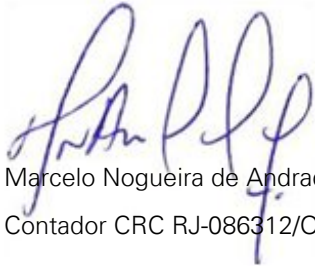
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro , 31 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	42.125	27.351
Contas a receber de clientes	5	92.039	106.791
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	6.902	13.320
Outros tributos a recuperar	6	7.004	11.443
Despesas pagas antecipadamente		3.816	2.587
Outros ativos circulantes		121	37
Total do circulante		152.007	161.529
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	4	41.001	36.155
Outros tributos a recuperar	6	-	18
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	259.960	208.740
Depósitos judiciais	15	56.575	62.188
Direito de uso		657	-
Imobilizado	8	4.309.151	4.472.461
Intangível	9	166.972	129.609
Total do não circulante		4.834.316	4.909.171
Ativo total		4.986.323	5.070.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	54.363	64.297
Empréstimos e financiamentos	11	159.499	159.213
Passivo de arrendamento		439	-
Salários e encargos a pagar		1.483	2.266
Encargos setoriais	13	10.120	13.562
Outros tributos a recolher	14	9.507	12.384
Obrigações de meio ambiente	16	21.465	55.294
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	12	11.027	10.526
Outros passivos circulantes		2.050	2.422
Total do circulante		269.953	319.964
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	2.274.718	2.417.310
Passivo de arrendamento		296	-
Encargos setoriais	13	6.273	1.539
Obrigações de meio ambiente	16	67.103	-
Provisões	15	290.641	266.121
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	12	153.318	152.153
Outros passivos não circulantes		2.144	71
Total do não circulante		2.794.494	2.837.194
Patrimônio líquido	17		
Capital social		2.486.901	2.464.790
Prejuízos acumulados		(565.025)	(551.248)
Total do patrimônio líquido		1.921.876	1.913.542
Passivo e patrimônio líquido total		4.986.323	5.070.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida	18	831.628	772.602
Custo dos serviços		(646.609)	(687.545)
Custo com energia elétrica	19	(447.891)	(493.189)
Custo de operação	20	(198.718)	(194.356)
Lucro bruto		185.019	85.057
Outras Receitas/(Despesas gerais) e administrativas	20	(16.999)	(16.080)
Lucro operacional		168.020	68.977
Receitas financeiras	21	5.932	9.235
Despesas financeiras	21	(238.950)	(265.809)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(64.998)	(187.597)
Imposto de renda e contribuição social		51.220	14.135
Diferido	7	51.220	14.135
Prejuízo do exercício		(13.778)	(173.462)
Prejuízo básico e diluído por ação do capital			
Ordinária		(0,01)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício	(13.778)	(173.462)
Resultado abrangente	<u>(13.778)</u>	<u>(173.462)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.388.683	(377.786)	2.010.897
Capital integralizado	76.107	-	76.107
Prejuízo do exercício	-	(173.462)	(173.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.464.790	(551.248)	1.913.542
Capital integralizado	22.111	-	22.111
Prejuízo do exercício	-	(13.778)	(13.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.486.901	(565.025)	1.921.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Prejuízo do exercício	(13.778)	(173.462)
AJUSTES PARA CONCILIAR O PREJUÍZO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	356.437	414.026
Depreciação e amortização	172.222	169.979
Amortização direito de uso	333	-
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e outras receitas financeiras	199.635	221.535
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis	1.500	185
Constituição (reversão) para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(3.551)	(2.675)
Atualização de títulos e valores mobiliários	(2.094)	(1.765)
Atualização das provisões para contingências e provisões ambientais	29.045	29.356
Provisão de juros sobre uso do bem público	10.496	11.546
Juros incorridos passivo de arrendamento	71	-
Imposto diferido	(51.220)	(14.135)
	342.659	240.564
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	14.752	(7.177)
IR e CSLL a recuperar	6.418	16
Outros tributos a recuperar	4.459	12.807
Depósitos judiciais	5.613	(3.359)
Despesas pagas antecipadamente	(1.229)	(24)
Outros ativos	(84)	2.532
	29.929	4.795
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	(9.934)	(17.564)
Salários e encargos a pagar	(783)	(18)
Obrigações do meio ambiente	(11.837)	(13.751)
Encargos setoriais	1.292	(762)
Outros tributos a recolher	(2.877)	(6.218)
Outros passivos	1.701	(219)
	(22.438)	(38.532)
Encargos de dívidas pagos	(192.147)	(180.593)
Pagamento de juros - Arrendamentos	(71)	-
Uso do bem público pagos	(8.830)	(8.517)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	149.102	17.717
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.638)	(6.178)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(37.293)	(28.877)
Resgate de títulos e valores mobiliários	34.541	69.601
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(6.390)	34.546
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	22.111	76.107
Captação de empréstimos e financiamentos	2.225	1.541
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(152.019)	(132.203)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(255)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(127.938)	(54.555)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	14.774	(2.292)
Caixa e equivalentes no início do exercício	27.351	29.643
Caixa e equivalentes no final do exercício	42.125	27.351
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa	14.774	(2.292)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires (“Companhia” ou “CHTP”) é uma sociedade anônima de capital fechado detentora da Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, nos municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
- 15% serão destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 565.025 (R\$ 551.248 em 31 de dezembro de 2018) e capital circulante líquido negativo de R\$ 117.946 (R\$ 158.435 em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto no plano de negócios da Companhia recursos de seus acionistas se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 8 e 9), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24 (Estimativa do valor justo).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos - Nota 24;
- (ii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos - Nota 15;
- (iii) Reconhecimento de provisões para gastos ambientais - Nota 16;
- (iv) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados - Nota 7.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

b) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia efetuou análise para seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

d) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

e) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 – *Leases*, que substituiu o IAS 17 – *Leases*.

Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a vencer, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de empréstimos e financiamentos da Companhia.

A Companhia utilizou os seguintes expedientes e isenções:

- Taxa incremental de captação de empréstimos e financiamentos;
- Não mensuração de arrendamentos de curto prazo;
- Não mensuração para itens de baixo valor, cujo o valor justo do ativo identificado é inferior a US\$5 mil;
- Método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores.

A adoção da IFRS 16, não gerou impactos relevantes nas operações da Companhia, bem como sua capacidade de cumprir com os indicadores estabelecidos nos acordos contratuais (*covenants*). Em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da IFRS 16, a Companhia reconheceu os itens demonstrados a seguir:

Em R\$ mil	Saldos em 01 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	749	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	749

(ii) ICPC 22 – Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	5	6
Fundos de investimento	<u>42.120</u>	<u>27.345</u>
	<u>42.125</u>	<u>27.351</u>

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é constituída por fundos de investimentos compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

<u>Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	-	25.583
Títulos públicos	42.017	1.066
Outros	-	27
	<u>42.017</u>	<u>26.676</u>
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	<u>103</u>	<u>669</u>
Total CEC – Fundos de investimento	<u>42.120</u>	<u>27.345</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo de investimento – BB polo	(a)	<u>41.001</u>	<u>36.155</u>
		<u>41.001</u>	<u>36.155</u>

- (a) A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Valor depositado em garantia somente será resgatado ao final do pagamento das parcelas.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldos em 01 de janeiro de 2018	75.114
Aplicações	28.877
Resgates	(69.601)
Remuneração	1.765
Saldos em 31 de dezembro de 2018	36.155
Aplicações	37.293
Resgates	(34.541)
Remuneração	2.094
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.001

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Ref	2019	2018
	.		
Terceiros	(a)	47.221	54.095
Partes relacionadas (nota 22)	(a)	44.818	52.696
Total		92.039	106.791

(a) Referem-se aos contratos de fornecimento de energia no ambiente livre e regulado.

	Saldos vincendos	Vencidos Até 90 dias	Total	
			2019	2018
Setor privado	89.940	2.099	92.039	106.791
Total	89.940	2.099	92.039	106.791

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

6.1 Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	Ref.	2019	2018
Imposto de renda - IR	(a)	4.215	6.828
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	2.687	6.492
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.902	13.320

- (a) IR e CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras,
 (b) retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

6.2 Outros tributos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Programa de integração social - PIS	957	1.744
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	6.044	9.696
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	1	19
Outros	<u>2</u>	<u>2</u>
Outros tributos a recuperar	<u>7.004</u>	<u>11.461</u>
Circulante	7.004	11.443
Não circulante	-	18

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(I) Imposto de renda e contribuição social	<u>259.960</u>	<u>208.740</u>
Total	<u>259.960</u>	<u>208.740</u>

A base de cálculo dos tributos diferidos é como segue:

<u>Ativo</u>	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízo fiscal	669.857	669.857	583.771	583.771
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Prejuízo Fiscal	<u>167.464</u>	<u>60.287</u>	<u>145.943</u>	<u>52.539</u>
<u>Ativo</u>				
Provisão para contingências	80.339	80.339	23.525	23.525
Provisão PLR	625	625	743	743
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	10.099	10.099	5.902	5.902
Outros	3.670	3.670	-	-
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	<u>94.733</u>	<u>94.733</u>	<u>30.170</u>	<u>30.170</u>
Total Diferenças Temporárias - LÍQUIDO	<u>94.733</u>	<u>94.733</u>	<u>30.170</u>	<u>30.170</u>
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	<u>23.683</u>	<u>8.526</u>	<u>7.543</u>	<u>2.715</u>
Subtotal	<u>191.147</u>	<u>68.813</u>	<u>153.486</u>	<u>55.254</u>
Total do imposto diferido		<u>259.960</u>		<u>208.740</u>

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura de sua controlada e do mercado que as mesmas operam.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>	<u>Total</u>
9.872	9.832	19.002	10.317	210.937	259.960

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(64.998)	(64.998)	(187.597)	(187.597)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(64.998)	(64.998)	(187.597)	(187.597)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(16.250)	(5.850)	(46.899)	(16.884)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(21.412)	(7.708)	9.733	3.504
Diferenças permanentes	(21.412)	(7.708)	9.043	3.255
Incentivos fiscais e outros	-	-	690	249
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(37.662)	(13.558)	(37.166)	(13.380)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	-	-	26.773	9.638
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(37.662)	(13.558)	(10.393)	(3.742)
Compensados e deduzidos	240	94	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(240)	(94)	-	-
Diferido	(37.662)	(13.558)	(10.393)	(3.742)
	(37.662)	(13.558)	(10.393)	(3.742)
Alíquota efetiva	57,94%	20,86%	5,54%	1,99%

8. IMOBILIZADO

	2019			2018	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos	3,23%	101.022	(15.227)	85.795	90.260
Reservatórios, barragens e adutoras	3,29%	2.431.288	(362.632)	2.068.656	2.147.303
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,54%	1.358.467	(205.630)	1.152.837	1.196.423
Máquinas e equipamentos	5,37%	1.156.974	(170.015)	986.959	1.023.237
Veículos	14,29%	112	(67)	45	364
Móveis e utensílios	9,50%	259	(173)	86	110
		5.048.122	(753.744)	4.294.378	4.457.697
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.790	-	1.790	2.333
Máquinas e equipamentos		10.740	-	10.740	9.692
Veículos		1.185	-	1.185	383
Móveis e utensílios		589	-	589	555
Outros		469	-	469	1.801
		14.773	-	14.773	14.764
Total		5.062.895	(753.744)	4.309.151	4.472.461

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação calculada de acordo com a vida útil, estimada dos bens.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	5.046.972	(423.738)	4.623.234	8.586	4.631.820
Adições	-	-	-	6.178	6.178
Baixas	(366)	225	(141)	-	(141)
Depreciação	-	(165.396)	(165.396)	-	(165.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.046.606	(588.909)	4.457.697	14.764	4.472.461
Adições	-	-	-	3.638	3.638
Baixas	(2.007)	599	(1.408)	(106)	(1.514)
Depreciação	-	(165.434)	(165.434)	-	(165.434)
Transferências	3.523	-	3.523	(3.523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.048.122	(753.744)	4.294.378	14.773	4.309.151

9. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2019			2018	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor	Valor
				Líquido	Líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3,13%	146.412	(21.387)	125.025	129.592
Licença de operação (LO)	20,00%	44.137	(2.207)	41.930	-
Total		190.549	(23.594)	166.955	129.592
Em curso					
Direito de uso de software		17	-	17	17
		190.566	(23.594)	166.972	129.609

A movimentação do intangível é como segue:

	Ref.	Em serviço			Em curso	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018		146.456	(12.237)	134.219	17	134.236
Baixas		(44)	-	(44)	-	(44)
Amortizações		-	(4.583)	(4.583)	-	(4.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		146.412	(16.820)	129.592	17	129.609
Adições		-	-	-	44.137	44.137
Baixas		-	14	14	-	14
Amortizações		-	(6.788)	(6.788)	-	(6.788)
Transferências	(a)	44.137	-	44.137	(44.137)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		190.549	(23.594)	166.955	17	166.972

(a) Transferência no exercício refere-se à provisão da renovação da Licença de Operação, que não gerou impacto no caixa da Companhia. Desta forma, não apresentamos nas atividades de investimentos da Demonstração do Fluxo de Caixa.

10. FORNECEDORES

<u>Fornecedores</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Energia elétrica	10.249	12.423
Terceiros	10.249	7.322
Partes relacionadas (nota 22)	-	5.101
Encargos de uso da rede	40.266	43.015
Terceiros	33.833	41.358
Partes relacionadas (nota 22)	6.433	1.657
Materiais e serviços	3.848	8.859
Terceiros	3.848	8.859
Total	54.363	64.297

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. Composição dos empréstimos e financiamentos

<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Moeda Nacional		
BNDES	2.434.217	2.576.523
Total Moeda Nacional	2.434.217	2.576.523
Circulante	159.499	159.213
Não Circulante	2.274.718	2.417.310

b. Mutações de saldos

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	139.663	2.526.580	2.666.243
Ingressos	-	1.541	1.541
Encargos	221.535	-	221.535
Transferências	110.811	(110.811)	-
Amortizações de principal	(132.203)	-	(132.203)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias	(180.593)	-	(180.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	159.213	2.417.310	2.576.523
Ingressos	2.225	-	2.225
Encargos	199.635	-	199.635
Transferências	142.592	(142.592)	-
Amortização de principal	(152.019)	-	(152.019)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias	(192.147)	-	(192.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	159.499	2.274.718	2.434.217

A seguir apresentamos a captação do exercício:

<u>Empresa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos Financeiros Anuais - %</u>	<u>Valor Captado</u>
BNDES Direto	15/02/2036	TJLP + 2,02%	2.225

c. Cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é conforme tabela a seguir:

	<u>Dívida</u>
2021	152.023
2022	152.023
2023	152.023
2024	152.023
Acima 2024	1.666.626
Total obrigações	<u>2.274.718</u>

d. Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O contrato de cessão estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida. A Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida por fiança bancária, até 30 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2019 este índice foi de 0,99, não atingindo o item pré-estabelecido.

O contrato de cessão estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%

Em 31 de dezembro de 2019 este índice foi de 39%.

e. Garantias dos contratos de empréstimos e financiamentos

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2019
BNDES	R\$	Construção da UHE Teles Pires	TJLP + 2,02%	Fev-2036	Penhor das Ações / Contas Reservas / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	1.212.000	1.222.775
Banco do Brasil	R\$	Construção da UHE Teles Pires	TJLP + 1,89%	Fev-2036	Penhor das Ações / Contas Reservas / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	1.200.000	1.211.442
						2.412.000	2.434.217

12. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de junho de 2014, a Companhia celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A companhia recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de junho de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

A seguir apresentamos a mutação do UBP:

Saldos em 01 de janeiro de 2018	159.650
Atualização monetária	6.600
Ajuste a valor presente	4.946
Pagamentos	(8.517)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	162.679
Atualização monetária	5.598
Ajuste a valor presente	4.898
Pagamentos	(8.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	164.345
Circulante	11.027
Não circulante	153.318

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2019	2018
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	295	583
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.758	7.742
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	466	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	6.726	6.485
Ministério de Minas e Energia - MME	148	291
Total	16.393	15.101
Circulante	10.120	13.562
Não circulante	6.273	1.539

14. OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	880	-
Programa de Integração Social – PIS	1.258	1.622
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.687	7.492
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	202	341
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	32	91
Imposto sobre Serviços – ISS	38	139
Impostos e contribuições retidos na fonte	561	730
Outros	2.849	1.969
Outros tributos a recolher	9.507	12.384

15. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Contingências		Total
	Trabalhistas	Cíveis	
SalDOS em 01 de janeiro de 2018	2.409	237.031	239.440
Constituição	6	-	6
Baixa/Reversão	(258)	(2.423)	(2.681)
Atualização	219	29.137	29.356
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	2.376	263.745	266.121
Constituição	324	-	324
Baixa/Reversão	(601)	(3.274)	(3.875)
Atualização	(93)	28.164	28.071
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	2.006	288.635	290.641

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.455 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.040 em 31 de dezembro de 2018) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública ("ACP") no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 135.229 em 31 de dezembro de 2019 (R\$121.636 em 31 de dezembro de 2018) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m..

Claim do Consórcio Construtor

Trata-se de processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado a pedido Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"), contratada na modalidade de *turn-key* para a construção da UHE Teles Pires.

O pedido refere-se ao pleito de extra custo da construção, estimado pelo "CNO" em R\$ 500 milhões, referente aos seguintes eventos descritos abaixo:

- Atrasos decorrentes de liberação das áreas afetadas pelas obras;
- Pleito de geologia;
- Pleito de mão de obra;

- Pleito da linha de transmissão.

Ainda serão realizadas perícias técnicas na arbitragem. Do pleito de custo extra estimado pela “CNO”, a Administração da Companhia, com base em parecer elaborado pelo escritório de advocacia que acompanha a arbitragem, estimou que os pleitos com a probabilidade de perda provável totalizam o valor de R\$ 196.908 corrigidos até 31 de dezembro de 2019 (R\$ 173.809 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2016, foi realizado o registro inicial dos pleitos envolvidos nesta arbitragem, em contrapartida ao ativo imobilizado.

Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 71.918 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 69.581 em 31 de dezembro de 2018).

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas	77	134
Cíveis	56.205	62.054
Fiscais	293	-
Total	<u>56.575</u>	<u>62.188</u>

16. OBRIGAÇÕES DE MEIO AMBIENTE

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévia (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	<u>Ref.</u>	<u>Provisões Ambientais</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018		69.045
Baixa/Reversão		(13.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		55.294
Constituição	(a)	44.137
Baixa/Reversão		(11.837)
Atualização		974
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>88.568</u>
Circulante		21.465
Não circulante		67.103

- (a) Em 2019 a Companhia teve renovada a sua Licença de Operação por mais cinco anos, tendo nova validade até 2024. Assim, foram contabilizados na provisão ambiental os valores previstos até esta data. A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes ambientais constantes no licenciamento.

Segue abaixo o cronograma das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

	2019
	Provisões Ambientais
2020	21.465
2021	21.719
2022	14.729
2023	12.820
2024	17.835
Total das obrigações ambientais	88.568

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.486.901 (R\$ 2.464.790 em 31 de dezembro de 2018), representando ações ordinárias. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 está apresentada conforme abaixo descrito:

Acionistas	2019			2018		
	Lote de mil ações		Capital social Integralizado	Lote de mil ações		Capital social Integralizado
	Única	%		Única	%	
Teles Pires Participações S.A	2.464.519	99,10%	2.464.519	2.442.607	99,10%	2.442.607
Neoenergia S.A.	22.382	0,90%	22.382	22.183	0,90%	22.183
Total	2.486.901	100%	2.486.901	2.464.790	100%	2.464.790

Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no prejuízo do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(13.778)	(173.462)
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	2.486.901	2.464.790
Prejuízo do exercício / Total de ações	(0,01)	(0,07)

18. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida da Companhia é conforme quadro abaixo:

	<u>Ref.</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Principais receitas			
Fornecimento de energia elétrica		990.845	911.639
Outras receitas		145	1.451
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo		990.990	913.090
(-) Deduções da receita líquida	(i)	(159.362)	(140.488)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo		831.628	772.602

	<u>Região geográfica</u>						<u>2018</u>
	<u>2019</u>						
	Sul	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Total	Total
Principais receitas							
Fornecimento de energia elétrica	99.085	49.542	148.627	49.542	644.049	990.845	911.639
Outras receitas	-	-	-	-	145	145	1.451
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo	99.085	49.542	148.627	49.542	644.194	990.990	913.090
(-) Deduções da receita bruta	-	-	-	-	-	(159.362)	(140.488)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo	99.085	49.542	148.627	49.542	644.194	831.628	772.602

(i) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos e contribuições		
ICMS	(8.632)	-
PIS	(16.207)	(15.043)
COFINS	(74.649)	(69.290)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.281)	(7.747)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(5.592)	(4.661)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFURH	(46.001)	(43.747)
Total	(159.362)	(140.488)

19. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Energia adquirida contrato bilateral	(152.117)	(211.170)
Energia curto prazo - MRE	20.708	(10.332)
Energia curto prazo - PLD	(53.663)	(16.707)
Créditos de PIS e COFINS	15.901	20.060
Taxa CCEE	(698)	(655)
Total	(169.869)	(218.804)
<u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u>		
Encargos de rede básica	(306.244)	(299.671)
Encargo de conexão	(147)	(140)
Crédito de PIS e COFINS	28.369	25.426
Total	(278.022)	(274.385)
Total de Custos com Energia Elétrica	(447.891)	(493.189)

20. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	2019			2018
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(7.444)	(2.223)	(9.667)	(11.221)
Administradores	-	(1.746)	(1.746)	(3.300)
Material	(1.024)	(228)	(1.252)	(806)
Serviços de terceiros	(7.842)	(7.360)	(15.202)	(15.152)
Uso do bem público - UBP	(4.898)	-	(4.898)	(4.946)
Depreciação e amortização	(172.403)	(152)	(172.555)	(169.979)
Arrendamentos e aluguéis (*)	(40)	(27)	(67)	(373)
Tributos	(28)	(1.020)	(1.048)	(1.929)
Provisões líquidas - contingências	-	3.551	3.551	1.905
Outras (despesas)/receitas operacionais	(5.039)	(7.794)	(12.833)	(4.635)
Total custos/despesas	(198.718)	(16.999)	(215.717)	(210.436)

(*) Isenções previstas no CPC 06 / IFRS 16.

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2019	2018
Renda de aplicações financeiras	3.663	4.426
Variações monetárias - Outras receitas	1.725	637
Atualização de depósitos judiciais	712	2.933
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(345)	(485)
Outras receitas financeiras	177	1.724
Total	5.932	9.235
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(199.635)	(221.535)
IOF	(771)	(515)
Arrendamentos	(72)	-
Encargos P&D/PEE	(432)	(431)
Atualização provisões para contingências e ambientais	(29.045)	(29.356)
Outras despesas financeiras	(8.995)	(13.972)
Total	(238.950)	(265.809)
Resultado financeiro líquido	(233.018)	(256.574)

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2019	2018	2019	2018	
Receita/ (Custo) de Energia Elétrica						
NC ENERGIA	(a)	21.137	14.600	241.230	174.556	2036
FURNAS	(a)	10.154	9.464	118.840	110.824	2036
ELETROSUL	(a)	-	9.464	118.840	110.824	2036
COELBA	(b)	7.778	7.440	65.802	62.668	2044
CELPE	(b)	3.089	2.899	25.072	23.892	2044
ELEKTRO REDES	(b)	1.989	1.985	17.462	16.649	2044
CEAL (*)	(b)	-	1.103	2.033	11.682	2044
ELETROACRE (*)	(b)	-	-	-	19.947	2044
CEPISA (*)	(b)	-	-	-	4.198	2044
COSERN	(b)	671	640	5.204	4.955	2044
		44.818	47.595	594.483	540.195	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)						
FURNAS	(c)	(4.610)	(1.138)	(45.599)	(44.138)	2046
AFLUENTE T	(c)	(30)	(30)	(363)	(342)	2046
SE NARANDIBA	(c)	(3)	(4)	(41)	(37)	2046
POTIGUAR SUL	(c)	(28)	(32)	(321)	(311)	2046
ELETROSUL	(c)	(1.762)	(453)	(17.876)	(17.080)	2046
		(6.433)	(1.657)	(64.200)	(61.908)	
Serviços Administrativos						
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(d)	-	-	(900)	(375)	2020
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(e)	-	-	(803)	(402)	2020
		-	-	(1.703)	(777)	
TOTAL		38.385	45.938	528.580	477.510	

(*) Companhias não apresentaram saldos relevantes em 2019, pois não fazem mais parte do Grupo.

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL);
- Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente regulado (ACR);
- Contratos de uso do sistema de transmissão (CUST) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo;
- Contrato de prestação de serviços contábeis, tributários e de processos transacionais;
- Contrato referente à consultoria de serviços de engenharia e operação e manutenção.

22.1 Remunerações da administração

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 29 de abril de 2019, teve como proposta o montante de até R\$ 2.611 de remuneração global anual aos administradores. Até 31 de dezembro de 2019 o montante pago foi de R\$ 1.704, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	2019	2018
Remuneração recorrente	1.581	2.798
Benefício de curto prazo	123	291
Total	1.704	3.089

23. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Atualmente todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos de investimento a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 42.120 em fundos de investimento.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020	2021	2022	2023	2024	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	2.434.217	3.891.005	329.909	317.395	305.998	295.165	284.422	2.358.116
Fornecedores	54.363	54.363	54.363	-	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	5	6
Títulos e valores mobiliários	41.001	36.155
Contas a receber de clientes	92.039	106.791
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	42.120	27.345

e) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos investimentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	83.121	3.657	914	1.829
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e financiamentos							
Dívida em TJLP	TJLP	Alta do TJLP	5,6%	(2.434.217)	(183.052)	(33.896)	(67.793)

24. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do Grupo;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 – Ativos ou passivos cujos preços não observáveis.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurados pelo custo amortizado				
Títulos e valores mobiliários	41.001	41.001	36.155	36.155
Contas a receber de clientes	92.039	92.039	106.791	106.791
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalente de caixa	42.120	42.120	27.345	27.345
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado				
Fornecedores	54.363	54.363	64.297	64.297
Empréstimos e financiamentos	2.434.217	2.434.217	2.576.523	2.576.523
Passivo de arrendamento	735	735	-	-
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	164.345	164.345	162.679	162.679

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

25. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	2019		
	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$ mil)
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2020	50.000	99
Veículos	13/06/2020	100% da tabela FIPE-USP	153
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2020	5.599.585	6.207

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES
Presidente

Titulares

Fabiano Uchoas Ribeiro
Hugo Renato Anacleto Nunes
Rogério Bonini Ruiz
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto

Suplentes

José Paulo Werberich
Mariane Carvalho Medeiros
Alex Sandro Monteiro Barbosa da Silva
Marcos Romeu Benedetti
Almir Galvani Coutinho

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Graciela Granato
**Diretora Administrativa Financeira, de
Coordenação e Meio Ambiente**

Idebrando Martins
Diretor Técnico

CONTADORA

Vivian Paim Lopes
CRC-RJ-Nº 104355/O-8

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Companhia Hidrelétrica Tele Pires**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2019, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2019.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

FABIANO UCHOAS RIBEIRO

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

ROGERIO BONINI RUIZ

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, alusivas ao exercício findo em 31.12.2019; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, relativas, relativas ao exercício findo em 31.12.2019.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2020.

Ana Graciela Granato
Diretora Administrativa Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente

Idebrando Martins
Diretor Técnico